

## ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: NOTAS DE CULTURA PORTUGUESA<sup>1</sup>

### *Between the Sacred and the Profane: Notes on Portuguese Culture*

MOREIRA, Fernando Alberto Torres<sup>2</sup>; & RIBEIRO, Orquídea Maria Moreira<sup>3</sup>

---

#### **Resumo**

A cultura portuguesa, entre outros aspetos, é fortemente marcada pelo período da expansão marítima e pela construção do império colonial, toda uma época em que a simbiose profano-religiosa se manifesta em todo o seu esplendor civilizacional bem patente no património material e imaterial de influência lusa espalhado pelo mundo. Fruto de uma estratégia que encontra as primeiras decisões estruturantes no início do século XIV com D. Dinis, o sucesso imperial português foi vítima da sua própria grandeza e dessa relação umbilical entre a Igreja e o poder político cujos pecados seriam fatais e facilitariam um rápido declínio já no século XVI, cujas causas e consequências foram apontadas por vozes contemporâneas. As marcas culturais portuguesas sobreviveram ao império e encontram a sua melhor expressão no Brasil, exemplo máximo de uma expressão cultural construída de sagrado e de profano.

#### **Abstract**

Portuguese culture, among many aspects, is strongly marked by the period of maritime expansion and by the construction of the colonial empire, a time during which the profane-religious symbiosis manifests itself in all its civilizational splendor, visible in the material and immaterial heritage of Portuguese influence spread all over the world. As a result of a strategy that identifies the first structural decisions in the early fourteenth century with King D. Dinis, Portuguese imperial success fell victim to its own greatness and to the umbilical relationship between the Church and the political power, whose sins would be fatal and would facilitate a rapid decline dating back to the sixteenth century, whose causes and consequences were pointed out by contemporary voices. The Portuguese cultural features survived the empire and find their best expression in Brazil, an example of a cultural expression built of the sacred and the profane.

**Palavras-chave:** *Cultura portuguesa; sagrado; profano; império*

**Keywords:** *Portuguese culture, sacred, profane, empire.*

**Data de submissão:** Junho de 2017 | **Data de publicação:** Dezembro de 2017.

---

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido no âmbito do projeto estratégico do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’), projeto ‘Memória, Património e Construção de Identidades’, linha de investigação ‘Diversidade e Transversalidade Cultural’, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> FERNANDO ALBERTO TORRES MOREIRA - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) / CITCEM. PORTUGAL. E-mail: [fmoreira@utad.pt](mailto:fmoreira@utad.pt).

<sup>3</sup> ORQUIDEA MARIA MOREIRA RIBEIRO - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) / CITCEM. PORTUGAL. E-mail: [oribeiro@utad.pt](mailto:oribeiro@utad.pt).

Antes que os portugueses chegassem ao Brasil foi necessária toda uma estratégia com cerca de 200 anos, iniciada por um príncipe do saber (D. Dinis), continuada por um visionário dos futuros *trusts* (D. Fernando) e soberbamente posta em marcha por uma família especial (Ínclita Geração), coordenada por um paradoxal Henrique Navegador e definitivamente executada por um Príncipe Perfeito (D. João II) ou “El Hombre” conforme o nomeava Isabel, a Católica que, ao que consta, afirmava gostar de ter tido um filho homem “como ele he”.

No ano de 1249, o desenho geográfico de Portugal continental estava estabelecido, por obra e graça dos cinco primeiros reis e conclusão eficiente do rei bolonhês D. Afonso III, que, além do mais, determinou igualmente uma organização administrativa que consagrava, em definitivo, a existência do estado/nação. Verdade também é que, em tempos de conquista, o país ficava geobloqueado, sem qualquer possibilidade de crescimento: uma fronteira terrestre onde pontificava Castela, um espaço marítimo mediterrânico dominado por venezianos, genoveses, catalo-maiorquinos e muçulmanos; e o Atlântico, que era ainda uma outra história.

Apesar de tudo, e contra todas as possibilidades e probabilidades, a fase de “ofensiva estratégica” (RODRIGUES & DEVEZAS, 2007, p. 65) estava no seu início. Surge em cena aquele que Fernando Pessoa definiu como o “plantador de naus a haver”, D. Dinis, o rei poeta e lavrador que, ainda segundo o mesmo poeta de *Mensagem*, ouvia o rumor dos seus versos sussurrando nas águas do mar... (PESSOA, s. d., p. 3). D. Dinis revela-se um estratega notável a vários títulos e a sua ação será prenunciadora de um futuro que poucos adivinhariam possível. Em 1288/90 cria os Estudos Gerais/Universidade, antecipando a importância da ciência para o sucesso da Expansão futura; em 1306 funda uma feitoria em Bruges; contrata, em 1317, o almirante genovês Manuel Pessanha mais um bom séquito de oficiais de nacionalidades várias, para reestruturarem as forças navais portuguesas; pelo caminho teve engenho e arte para nacionalizar os bens dos Templários perseguidos e dizimados por toda a Europa após decisão papal, instigada por Filipe, o Belo, rei de França, em 1307, numa sexta-feira 13, fundando a Ordem de Cristo que ficaria sob a alçada da Coroa, como uma espécie de apoio fiduciário; o estímulo ao plantio de pinhal foi também obra de D. Dinis. As bases estavam lançadas; o seu filho e futuro D. Afonso IV possibilitará o início das expedições às ilhas Canárias e o seu bisneto D. Fernando, embora apelidado de fraco por causa dos seus amores, seria decisivo na construção do edifício glorioso das Descobertas, porque

criou a Companhia das Naus colocando as navegações sob a alçada real e publicou leis fomentando a construção naval e a fixação das gentes nas terras abandonadas (lei das Sesmarias) ao mesmo tempo que estimulou o surgimento de uma bolsa de seguros marítimos. O resultado foi uma armada poderosa usada para bloquear Sevilha em 1372 numa demonstração de força evidente. Nascia, de forma irreversível, Portugal como potência marítima que a dinastia de Avis haveria de transformar num desígnio estratégico cujo rumo conheceu, no dizer de Rodrigues e Devezas (2007, p. 66) “(...) um modo evolutivo, com ziguezagues, ‘desvios’, e ‘pausas’”. Por ação direta dos infantes D. Henrique e D. Pedro, com o apoio do pai D. João e do irmão D. Duarte, Portugal desenvolveria uma estratégia de conquista visando o mundo islâmico, ao mesmo tempo que se procurava concretizar objetivos políticos bem precisos; havia, nisto tudo, a intenção de uma cruzada contra o mouro infiel, secular adversário visto ainda como uma ameaça para a sobrevivência do reino, uma espécie de guerra santa ou, como escreveu Jean Flori (2013, p. 16) a propósito das primeiras cruzadas, uma “guerra santa” justificada pelo “uso meritório e sacralizado das armas”, razão que a Igreja usava para justificar a violência para com o denominado ‘infiel’, que estava no norte de África e controlava o comércio das especiarias vindas da Índia, - um intuito comercial – domínio do comércio do ouro, cereais e, depois, das especiarias - e, obviamente, afirmar junto do papado e do mundo ocidental a legalidade e legitimidade do poder real em Portugal e sua autonomia/supremacia face a Castela, na sequência da crise dinástica de 1383-85.

A ideia de chegar à fonte das especiarias não passava pelo Mediterrâneo, onde pontificavam, entre todos, os venezianos, mas antes seguir pelo Atlântico, encontrar pela costa africana o chamado Nilo Ocidental e, por aí, caminhar até esse mítico império cristão chefiado pelo Prestes João lá bem na zona oriental de África.

Como se disse, não foi um percurso linear, podendo mesmo falar-se num período que vai até 1479/80 e num outro após essa data; até 1480, as operações atlânticas eram de proximidade e competiam com as incursões cruzadísticas em terras norte-africanas onde, segundo opiniões concordantes de vários historiadores, se ocupava uma nobreza ociosa órfã das guerras com Castela que assim podia dar largas à matriz guerreira do seu modo de ser, o que foi, inicialmente, uma estratégia de D. João I e, depois, uma obsessão sempre presente na vida do infante dito navegador que o seu sobrinho D. Afonso V viria a concretizar em maior plenitude; este período marcou uma expansão algo intermitente a que se chamou de “dente de serra”, de avanços e recuos.

Tudo começara em 1415 com a conquista de Ceuta, considerada um momento marcante na história naval mundial, um verdadeiro tiro de partida para o que haveria de ser a afirmação definitiva da nova potência marítima então em fase ainda emergente que, afinal, se viria a revelar um fiasco – as rotas de ouro e comércio de cereais foram rapidamente desviadas para outra cidade – como bem o definiu o esclarecido e avisado D. Pedro, infante das Sete Partidas, ao classificar Ceuta como grande sumidouro de gente e de dinheiro pouco tempo depois da sua conquista

Quando D. Henrique morreu, em 1460, já os portugueses tinham uma feitoria em Arguim, onde controlavam o fluxo do ouro, encontrado os arquipélagos da Madeira e Açores, que D. Henrique povoou e mandou cultivar, e algumas das ilhas de Cabo Verde, todos os arquipélagos servindo de plataformas estratégicas. Hoje, este infante já não é aquela figura romântica e mítica que Gomes Eanes de Zurara pintou, tal como Camões e o regime de Salazar; contudo, apesar das suas indecisões, do seu espírito guerreiro bem ao modo medieval, dos jogos palacianos em que entrou e da cupidez demonstrada pelos lucros da exploração africana (convém aqui lembrar que a comercialização de escravos negros africanos, iniciada oficialmente em 1442, era monopólio exclusivo deste infante), é incontornável a sua importância na gesta portuguesa – a mobilização de talentos científicos europeus e a cobertura política junto do papa (a bula *Romanus Pontifex* emitida pelo papa Nicolau V em 1455 e depois confirmada, nos seus termos, pelos sucessores Calisto III (bula *Inter caetera*, 1456) e Sisto IV (bula *Aeterni regis*, 1481) proibia as outras nações de interferir no monopólio das descobertas) são aspetos que, só por si, justificam isso<sup>4</sup>.

Seria D. João II (1481-95) a dar o impulso decisivo na caminhada em busca das especiarias, após o hiato ocorrido com o desaparecimento do infante D. Henrique e o desinteresse de seu pai, D. Afonso V, mais ocupado com as campanhas de África e com a disputa de outros tronos. Ainda “regente”, D. João assegurava já, desde 1474, a gestão das descobertas; negociou com Isabel de Castela o Tratado das Alcáçovas (1479) em que os dois países faziam a primeira divisão do mundo entre si por uma linha horizontalmente fixada a sul do cabo Bojador e das Canárias, a partir da qual se definia, para sul, a zona de expansão exclusiva portuguesa. Resultou daqui uma carta régia de abril de 1480 em que o ainda príncipe D. João estabeleceu unilateralmente um novo regime marítimo – o

---

<sup>4</sup> O historiador norte-americano Charles Boxer (1969) definiria na perfeição a importância desta bula papal ao considerá-la como a ‘carta régia do imperialismo português’.

*Mare Clausum* – bem a seu jeito, que explicitamente determinava o afundamento de qualquer navio e tripulação que fosse apanhado nesse mar sob controlo português.

D. João fixou a estratégia a seguir para atingir os objetivos propostos:

- viagens de reconhecimento;
- criação da Junta de Matemáticos ou dos Cosmógrafos;
- criação de uma rede de espiões nas cortes da Europa e Mediterrâneo;
- instalação de um órgão de contra-informação: lei do sigilo e informação controlada, por vezes com erros intencionais para despistar eventuais concorrentes<sup>5</sup>.

Com esta estratégia depressa se passou o Cabo das Tormentas, logo apelidado da Boa Esperança, e se chegou ao Índico; é neste âmbito e face aos conhecimentos e informações havidas que se deve enquadrar a recusa do Príncipe Perfeito em apoiar o projeto de Colombo (se é que ele não era um espião ao seu serviço) pois desde que Bartolomeu Dias chegou ao Índico já se sabia qual a rota final a seguir para a Índia, mais a mais com as informações que Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, enviados pelo rei à Índia por terra a fim de recolherem informações *in loco*, fizeram chegar a Portugal. Era o tempo em que em Portugal tudo se planificava ao pormenor!<sup>6</sup>

Pelo Tratado de Alcáçovas as Antilhas seriam zona portuguesa, mas os reis católicos levaram o papa espanhol Alexandre VI (Rodrigo Bórgia) a emitir bulas favoráveis às suas pretensões sendo que, numa delas, a divisão era feita já não horizontalmente mas verticalmente por uma linha traçada 100 léguas a oeste dos Açores ou Cabo Verde. A capacidade negocial de D. João II e dos seus peritos viria a conseguir em Tordesilhas (1494) uma divisão mais favorável, tendo a linha sido desviada para 370 léguas a oeste de Cabo Verde; foi o primeiro Tratado em que os políticos estiveram assessorados por técnicos especialistas e foi também uma partilha do mundo; outra nota importante para o resultado de Tordesilhas: “O ganho de 270 léguas serviria para deixar

---

<sup>5</sup> Este e outros aspetos correlatos estão amplamente desenvolvidos por Luís Adão da Fonseca na sua biografia de D. João II (2011).

<sup>6</sup> A propósito de Cristóvão Colombo e de toda a polémica que rodeia a sua figura, nomeadamente no que respeita a sua nacionalidade, há uma questão ainda não colocada e muito menos respondida, mas a merecer reflexão cuidada: como compreender, à luz dos códigos sociais da época, que um genovês de origem humilde tivesse casado com uma Perestrelo, uma fidalga portuguesa? Dito de outra forma, como era possível que alguém de baixa extração social e ainda por cima estrangeiro, tivesse casado com uma fidalga portuguesa?

no hemisfério de influência portuguesa uma massa de terra firme que já era conhecida, e que seria batizada de Terra de Vera Cruz, e mais tarde de Brasil, aquando do seu “‘achamento’ oficial, em 1500, por Pedro Álvares Cabral, num ‘desvio’ de uma ida para a Índia” (RODRIGUES & DEVEZAS, 2007, p. 82).

Foi a projeção global de Portugal e a coroa de glória de D. João II que só viveria um ano mais, uma morte que lhe terá sido apressada por um veneno lento (“peçonha”), mas eficaz, segundo registos cronísticos da época<sup>7</sup>. Portugal estava virado para o mundo desconhecido, a Espanha ainda se demorava estrategicamente no domínio do Mediterrâneo e do Magrebe, situação que só se alteraria a partir da segunda década do século XVI com o início do seu “Siglo de Oro”.

Portugal tornara-se numa superpotência, na principal potência marítima do mundo; só para se ter uma ideia desta realidade, e na sequência da extraordinária criação do Império Português do Oriente nos primeiros vinte anos de Quinhentos, o número de embarcações na zona índica rondava as 705, na estimativa do holandês Angus Maddison (*apud* RODRIGUES & DEVEZAS 2007, p. 85), facto que garantia aos portugueses o domínio efetivo desse espaço. Portugal tinha o que as potências locais e regionais não dispunham, a saber, navios armados, uma força de guerra oceânica que contaria com cerca de 200 navios só na zona índica que assegurava também o controlo dos circuitos de mercadorias (RODRIGUES & DEVEZAS 2007, p. 86). Por essa razão, D. Manuel, que tudo herdara de D. João II, era invejadamente alcunhado de ‘merceeiro’ nas cortes europeias. O rendimento de 2/3 que o rei obtinha para o seu erário vinha dessas mercancias e tal devia-se a uma estratégia brilhante: a) ocupação dos espaços estratégicos (construção de fortificações militares - os ‘ferrolhos que fechavam o mundo’) e controlo dos circuitos comerciais; b) aplicação da teoria do *Mare Clausum* no oceano Índico: os navios não portugueses tinham que ter licenças pagas, os ‘cartazes’; c) diplomacia q.b. associada ao exercício da força bruta; d) construção de novas cidades, exemplo do novo poder hegemónico (Goa). Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque seriam os executores exímios desta estratégia, se bem que em modos diferentes: o primeiro numa política de controlo marítimo, proteção das feitorias instaladas e exercício diplomático; o segundo numa perspetiva mais cruzadista; ou seja, um império mais marítimo (mais

---

<sup>7</sup> Esse foi o registo de, entre outros, e com a certificação que a distância temporal lhes dava, Damião de Góis (que se viu forçado a alterar a sua versão inicial por pressão dos familiares de D. Manuel, nomeadamente do conde de Tentúgal) e do bispo D. Jerónimo Osório. Esta possibilidade é rejeitada liminarmente pelo historiador Luís Adão da Fonseca na sua biografia sobre o Príncipe Perfeito.

profano) e um império mais à antiga (mais sagrado), um dilema nunca resolvido. Muito do património edificado então em sustento dessas estratégias, de carácter religioso ou profano, ainda hoje resiste.

D. Manuel viveu no fausto da pimenta e da canela e esbanjou a seu bel prazer; usaria também a riqueza diplomaticamente, numa embaixada sumptuosa enviada em 1514 ao papa Leão X: cavalos persas, feras domesticadas, naturais do Oriente ricamente vestidos, arcas cheias de riquezas várias e um elefante branco que faria furor no papado; mais tarde, em 1515, ofereceria um rinoceronte que o alemão Albrecht Durer imortalizaria em desenho e em escultura de madeira, animal que o papa nunca chegaria a ver pois o espécime morreria num naufrágio. Eram estratégias de *marketing* puras, mas também reveladoras e demonstrativas do poderio político português e do sucesso expansionista fosse pelo lado do sagrado, fosse pela via do profano.

Duraria pouco, como se sabe, o esplendor de Portugal; o ouro da América espanhola faria deslocar as casas financeiras de Lisboa para Sevilha (os Welser, Fugger, Affaitadi) de modo que o sucessor de D. Manuel teve que se endividar, emitir “padrões de dívida” que alguns chamavam muito apropriadamente “papéis aflitos” (hoje dir-se-ia eufemisticamente ‘imparidades’, dívidas colocadas num qualquer ‘banco mau’) que só vieram agravar a situação e prenunciavam a bancarrota: o império do Oriente tinha custos que, juntamente com a herança do Norte de África, se tornaram insuportáveis. Como escreveram Rodrigues e Devezas (2007, p. 93) “a doença da ‘sobreextensão’ começava a provocar sérias dores. Manuel I vivera anestesiado na grandeza e no marketing, o filho teve de cair na realidade”.

A ofensiva estratégica terminava e passava-se a uma situação defensiva generalizada: abandono das praças do Norte de África, fecho da feitoria de Antuérpia (1549), mudança da agulha imperial do Oriente para o Brasil, isto é, das especiarias passava-se para o açúcar e comércio de escravos; já em 1548, a capitania do Espírito Santo contribuía com o primeiro carregamento de açúcar para a metrópole; em 1549, Tomé de Sousa é governador-geral e instala um sistema de capitanias com capital em São Salvador.

Nesta dinâmica de sagrado e profano, faça-se um parêntese e destaque-se o caso singular de Pêro Vaz de Caminha que, na sua carta ao rei D. Manuel expõe, numa demonstração de humanitarismo único e original, a dicotomia expansionista: a busca de ouro e prata (que aparentemente não havia no futuro Brasil) e a cristianização do inocente

e adâmico ameríndio sugerida enfaticamente como a melhor obra que o Rei Venturoso poderia aí fazer em nome de Deus; mas este paraíso antevisto por Caminha depressa foi ultrapassado pela guerra santa que os ministros da Igreja empreenderam, com o padre Manuel da Nóbrega à cabeça, uma inversão dramática de consequências culturais decisivas: de bons selvagens depressa os índios passaram a ‘bestas’, acusados de não conhecerem as letras F, L e R, isto é, não terem Fé, Lei e Rei (REAL, 2011, p. 87).

Em contraciclo, o império do Oriente sagrava-se culturalmente no momento em que começava a desmoronar-se (V. *Décadas da Ásia* de João de Barros onde pela primeira vez se fala de império)<sup>8</sup>, mas neste soçobrar ainda houve tempo para resolver a questão das Molucas (1529) que esteve na origem da viagem de Fernão de Magalhães ao serviço de Espanha, de se fazer os primeiros contactos com o Japão (1541) e apresentar a novidade da primeira arma de fogo aos nipónicos, criar o entreposto comercial de Macau (1557) e fundar a cidade de Nagasáqui em 1568; o ponto limite da estratégia de globalização portuguesa terminara com o estabelecimento do triângulo comercial Goa-Macau-Nagasáqui onde, significativamente, pontificavam os jesuítas. A importância cultural desta sacração cultural pode avaliar-se bem pelas figuras inquestionáveis de grande prestígio no quadro da historiografia, da ciência, da literatura e da cultura mundial que o país gerou por estes tempos... e que se entende desnecessário aqui nomear!

A que se deveu tal derrocada? Da corrupção, anarquia, violência saqueadora, cobiça desmedida à enormidade do império para tão pouca população de um pequeno país tudo serve como justificação. Miguel Real (2011) é mesmo taxativo quanto à causas da decadência - a) muito Estado (e nada protetor da população); b) Igreja gorda (com um excesso de religiosos que atingiriam, no século XVIII, o número de 200 000 de um total populacional de 3 milhões); pouco dinamismo social (motivado por um Estado e por uma Igreja que tudo controlavam) – e enumera os cinco pecados capitais que, em seu entender, estiveram na origem do pior que Portugal legou ao mundo em tempos da Expansão:

- 1- Centralismo conservador que tudo fazia depender do Estado;

---

<sup>8</sup> João de Barros assume nas *Décadas...* uma atitude de glorificação eterna da história de Portugal, bem ao estilo de Tito Lívio. Aliás, Barros, ao contrário de outros, na defesa do império português no Oriente esquece os aspetos negativos da Expansão e apresenta uma visão patriota em defesa do sentimento nacional, glorificando a missão dos portugueses no mundo. Esta postura não andarà longe de uma tentativa de resposta ao solicitado por Garcia de Resende no Prólogo do seu *Cancioneiro Geral*.

- 2- Igreja ignorante e fanática, onde se confundia devoção com superstição (Inquisição e, afora, Fátima);
- 3- Divórcio histórico entre as elites e a população em geral;
- 4- Uma universidade única e mentalmente decapitada;
- 5- Um povo rude, ignorante e crédulo.

Talvez a estes pecados capitais se devesse acrescentar as consequências da perseguição aos judeus e controle da educação pelos jesuítas...

Certo é que a consciência da decadência e os seus efeitos cedo foram expostos: o dramaturgo Gil Vicente, homem da corte de D. Manuel e de D. João III, espalhou na sua obra, particularmente no *Auto da Índia*, os efeitos sociais e políticos nefastos da Expansão; o poeta Sá de Miranda, sempre em defesa de uma postura austera e puritana anteriormente existente, fez outro tanto nos avisos que lançou em cartas a D. João III e ao fidalgo António Pereira, senhor de Basto (“Não me temo de Castela / Onde inda guerra não soa / Mas temo-me de Lisboa / Que ao cheiro desta canela / O reino nos despovoa”)<sup>9</sup> (MIRANDA, 1969, p. 93); também Luís de Camões o fez, nos seus *Lusíadas*, pela voz do Velho do Restelo, definido como homem “(...) de aspeito venerando” e com um “saber só de experiências feito” (CAMÕES, 1982, 186), figura à qual, portanto, todo o crédito era devido; o estado do império e da presença portuguesa no Oriente está, de igual modo, soberbamente retratado em *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e tudo conclusivamente está contido numa obra de Diogo do Couto escrita por volta de 1588, *O Soldado Prático*, quando aí se afirma definitivamente: “Já na Índia não há cousa sã; está tudo podre e afistulado”. De um modo distinto, mas bem expressivo do estado decadente da nação, se apresenta Bernardim Ribeiro dividido, como afirma, “entre mim mesmo e mim”; a sua *História de Menina e Moça*, curiosa e significativamente impressa em Ferrara, Itália, por um judeu português, Samuel Usque, fugido à Inquisição, em 1554, irá consolidar narrativamente a saudade como sentimento nacional; Miguel Real vai mais longe na análise que faz desta novela sentimental quando sustenta que “(...) ela reflete a profunda divisão do Portugal consigo próprio desde o reinado de D. João III, expressão histórica da divisão ontológica de cada português consigo próprio”; e continua: “Menina

---

<sup>9</sup> É também nessa carta que Sá de Miranda, na sua cruzada moralista, apresenta Viriato como modelo ancestral, heroico e referencial da moral da nação em oposição à sociedade dissoluta gerada pela pimenta, canela e pardaus, ou seja, pelo dinheiro fácil, pela corrupção.

Moça ou Saudades cristaliza o sentimento de divisão presente na mentalidade portuguesa desde a segunda metade do século XVI, tanto da lembrança ridente do passado quanto da saudade de um futuro sonhado como prolongamento auspicioso do passado” (REAL, 2011, p. 98), isto é, Portugal vive, desde então, na angústia secular de “(...) nunca se acertar o passado vivido com o futuro desejado” (REAL, 2011, p. 99).

Apresentam-se outras razões ainda: um capitalismo régio sufocante e centralizador, inexistência de uma classe média de empreendedores burgueses e, sobretudo, a intervenção da Inquisição por todo o império e dos jesuítas no Oriente e no Brasil que instalaram um proselitismo religioso fanático e uma Igreja mercantil de consequências devastadoras – destruição de templos, batismos forçados em massa, leis discriminatórias para não cristãos, etc. – uma vez mais o sagrado e o profano num conúbio sem fronteiras... Some-se a isto a fuga de “cérebros” à semelhança das casas financeiras para Espanha atrás referidas e o *bouquet* está completo. Lisboa deixara de ser a capital do mundo!

O verso de Camões “Um rei fraco, faz fraca a forte gente” referente a D. Fernando, aplica-se com toda a propriedade a D. João III que, pelo seu fanatismo religioso, se colocou do lado adverso ao do espírito das Descobertas e acabou por passar a certidão de óbito à dinâmica empreendedora dos portugueses, com a instalação do Santo Ofício da Inquisição que se tornaria numa fábrica de cristãos-novos acusados de judaísmo; o seguidismo dos ditames do Concílio de Trento e o alinhamento pela via contrarreformista fizeram o resto. O declínio cruzadista de D. Sebastião, enterrado em 1578 em Alcácer Quibir, foi, como alguém escreveu, um epifenómeno de quem estava do lado errado da Expansão. Mesmo assim, é injusto atirar para cima de D. Sebastião tanta culpa; a adesão total de D. João III a um dos lados da guerra ideológica que grassava na Europa (Reforma vs Contrarreforma) tornou aquele que era considerado um príncipe da Renascença e tolerante num fanático dominado pelos jesuítas e pelos defensores da Contrarreforma católica que perseguiu quem antes apoiara e como que fechou o país ao mundo. Prova disso foi o encarceramento dos bolseiros que ele próprio financiara e o consequente fracasso da reforma humanista da universidade de Coimbra.

Talvez o dito de Agostinho da Silva, manifestado numa entrevista à revista *Futuro*, aponte uma outra explicação: “Quando o império começou a instalar-se, tudo se modificou. Então podemos dizer: o português é virtuoso quando tem uma empresa a

executar e torna-se um patifão de todo o tamanho quando está nas suas sete quintas. Luís de Camões fala a este respeito n' *Os Lusíadas*" (entrevista à revista *Futuro*, nº 31, 1989). Perdia-se, em definitivo, a matriz das Descobertas, situação que seria continuada pelos Braganças e a sua dependência face à Inglaterra por mais de 200 anos, que sucessivos recuos estratégicos atinentes à mera sobrevivência do país justificam.

O Brasil seria, após a Restauração de 1640, a menina dos olhos do Império português e o novel espaço desta expressão cultural construída de sagrado e profano; na realidade, enquadrava-se perfeitamente no recuo estratégico iniciado 100 anos antes. Diga-se, no entanto, que apesar da menor atenção da corte em termos comparativos com o Oriente, as coisas mexiam-se já em terras de Vera Cruz; as campanhas de navegação efetuadas após a viagem de Cabral provam isso; Gaspar de Lemos (1500), João da Nova (1501), Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio (1503), e Fernando Noronha (1503) fizeram as honras ao efetuarem o reconhecimento da costa brasileira; de igual modo, os jesuítas se foram instalando a partir de 1549, ano em que aí fundaram a primeira casa da Companhia. Figuras como João Ramalho<sup>10</sup> e Brás Cubas<sup>11</sup>, na zona de Santos/São Paulo e de Diogo Álvares Correia, na Bahia, testemunham o interesse pela terra brasileira mesmo antes da decisão oficial de partir para aí em força, e o modo peculiar da sua ocupação colonial anos antes. Instalaram-se os primeiros engenhos de açúcar e o trânsito de escravos iniciara-se no ano de 1542, (o monopólio desse comércio pertenceu, como antes dito, ao infante D. Henrique (1442); em 1571, D. Sebastião criou a capitania de Angola com sede em São Paulo de Luanda (1576) cuja finalidade principal era o tráfico de escravos, então chamados, veja-se a ironia, "peças da Índia", para o Brasil e colónias espanholas). Lembre-se aqui a importância dos bandeirantes paulistas já que foram eles que romperam o limite do meridiano de Tordesilhas, levando o Brasil às fronteiras do presente. Os estudiosos são unânimes em referir as virtudes e os evidentes riscos dessa auto-colonização que poderia ter conduzido à fragmentação territorial; o certo, porém, é que

---

<sup>10</sup> João Ramalho, natural da zona centro de Portugal (Vouzela, Lafões) é tido como o 1º português que se estabeleceu no atual estado de S. Paulo, espaço em que fundou o povoado de Sto. André de Borda do Campo, depois integrado na vila de S. Paulo, fundada em 1559 pelo Pe. Manuel da Nóbrega. A primeira notícia sobre João Ramalho surge no diário da armada de Martim Afonso de Sousa, o almirante enviado por D. João III ao Brasil, ao tempo do declínio das remessas da Índia; vivia no interior e não no litoral, o que era um facto inédito. Sabe-se que era casado em Portugal, mas após chegar ao Brasil, não se sabe se como náufrago se como degredado, contrairá núpcias com a índia Bártira, que recebeu posteriormente o nome de Isabel, filha de Tipiriçá, cacique dos Tupiniquins.

<sup>11</sup> Brás Cubas, natural da cidade do Porto, foi cavaleiro fidalgo, e o fundador e povoador da cidade de Santos, da qual foi sempre alcaide-mor e provedor da fazenda real; em 1543, Brás Cubas fundou a 1ª Misericórdia no Brasil. Está, naturalmente, ligado à personagem do romance de Machado de Assis *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

este desregramento das incursões territoriais dos bandeirantes e a construção do Estado brasileiro à imagem de Portugal permitiram uma síntese cultural extraordinária e uma unidade territorial surpreendentes.

Ao interesse acrescido pelo Brasil não terá sido alheia a influência do Padre António Vieira, principal conselheiro de D. João IV que, aliás, se referia à colónia como a “vaca leiteira” – mal ele sabia que no final do século haveria um *jackpot* com o ciclo do ouro que, apesar das leis contrárias, levou, no espaço de 50 anos, cerca de 800 mil portugueses para a agora joia do império, de um total populacional nacional aproximado de 3 milhões, um movimento humano de consequências notórias. Por este tempo, o império português era já uma “atualização de memória do passado, mesmo que o Padre António Vieira o tenha visto numa dimensão de futuro” (RODRIGUES & DEVEZAS 2007, p. 323) com a sua teoria do Quinto Império. A “vaca leiteira” deu o máximo de produção aurífera já no século XVIII<sup>12</sup>, com D. João V, um rei que tentou imitar Luís XIV de França e o seu fausto de Versalhes; fez obras majestosamente caras (Mafra, Aqueduto das Águas Livres, Ópera da Ribeira) e era conhecido, até na Europa, pelas suas aventuras amorosas com freiras, apesar do seu fanatismo religioso... ou talvez por isso mesmo; era também um hábil negociador, seguramente ajudado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, seu secretário – pelo Tratado de Madrid (1750) ficou decidido que quem possuía de facto devia possuir de direito e assim se assegurou o atual Estado do Rio Grande do Sul para o Brasil; este tratado é, ainda hoje, considerado a vergonha da diplomacia espanhola.

A última demão da marca cultural portuguesa no Brasil haveria de ser dada por D. João VI (o “rei poltrão”) e a manobra de sobrevivência que levaria a corte para o Brasil em 1807, com todas as consequências daí resultantes; em 1810 acabava a dependência económica do Brasil para com Lisboa, com a abertura dos portos ao comércio internacional; em 1812, a colónia passava a “centro administrativo do reino” e em 1815 à categoria de reino. A revolta liberal em Portugal, que poria fim legal ao conúbio sagrado/profano, traria D. João VI de volta; o rei deixava um governo organizado (o que nunca sucedera noutra colónia) e os cofres vazios – terá trazido consigo cerca de 50 milhões de cruzados, o que levou à falência do banco do Brasil que tinha fundado. Seria então a vez de a África desempenhar a primazia na senda do império; um decreto de 1836

---

<sup>12</sup> Chegou a atingir a marca de 25 toneladas num só ano, correspondendo ao quinto e a 3 milhões de cruzados.

define esse papel de modo assertivo: “Nas províncias ultramarinas (leia-se África) existem ricas minas de carvão, cobre, ferro, pedras preciosas (...). Em África podemos cultivar tudo quanto se cultiva na América.”

Aqui chegados, nada teria acontecido se o sonho não comandasse a vida dos homens das Descobertas, se D. Dinis, o “plantador de naus a haver”, não se decidisse pela organização da força naval portuguesa e criasse as bases necessárias ao nível do conhecimento científico para potenciar essa ação; é tempo de dizer que o Portugal da Expansão teve engenho e arte, arrojo criativo e inovador que lhe permitiu, culturalmente, mostrar à Europa uma nova maneira de ver o mundo, aprofundando a visão renascentista do homem, arrasando a visão unívoca medieval e provando que o homem é plural, produto de muitos homens, raças, cores, credos, costumes, modos de ser. Entre todas, a “obra” feita no Brasil é o melhor exemplo, resultado de uma ação que, para o bem e para o mal, exprime na perfeição essa simbiose de sagrado e profano, entre santo e pecador que, no quadro da história do mundo que teve como protagonista principal Portugal, é, como acertadamente escreveu Miguel Real, “outra maneira de designar ‘português’” (REAL, 2011, p. 131).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMÕES, L. (1982). *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora.

COUTO, D. (2009). *O Soldado Prático*. Lisboa: Angelus Novus.

FLORI, J. (2013). *Guerra Santa – Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão*. Campinas: Editora UNICAMP.

FONSECA, L. A. (2011). *D. João II*. Lisboa: Temas e Debates.

MIRANDA, F. S. (1969). *Sá de Miranda – Poesias Escolhidas*. Lisboa: Editorial Verbo.

PESSOA, F. (s.d.). *Mensagem e outros poemas*. Mem Martins: Europa-América.

REAL, M. (2011). *Introdução à Cultura Portuguesa*. Lisboa: Planeta.

SILVA, A. (1989). Entrevista com Agostinho da Silva. Revista *Futuro*, nº 31.

RODRIGUES, J. N., & DEVEZAS, T. (2007). *Portugal – o Pioneiro da Globalização*. Lisboa: Centro Atlântico.PT.